

Estatual define aumento de 18,77% para a gasolina, 24,93% para o diesel e 16,06% para o gás de cozinha nas refinarias a partir de hoje. Decisão gera protestos e leva a corrida aos postos

PETROBRAS ANUNCIA ALTOS REAJUSTES NOS COMBUSTÍVEIS

ROSANA HESSEL

Brasília — Os brasileiros começaram a sentir no bolso os efeitos da guerra na Ucrânia, com super-reajustes no preço dos combustíveis anunciados pela Petrobras. Depois de 57 dias, a estatal comunicou alta para a gasolina e álcool nas refinarias. O gás de cozinha também vai sofrer aumento, após 152 dias sem correção, de acordo com a nota da companhia. Os novos preços valem a partir de hoje. O preço médio do diesel nas refinarias terá reajuste de 24,93%, subindo para R\$ 4,51 o litro. O botijão de gás de cozinha, de 13kg, será corrigido em 16,06% por quilo, passando para R\$ 58,21. A Petrobras informou ainda que o preço médio de venda da gasolina nas refinarias será corrigido em 18,77%, chegando a R\$ 3,86 o litro. Considerando a mistura obrigatória de 27% de etanol na gasolina comercializada nos postos, a parcela da Petrobras no preço do consumidor passará de R\$ 2,57, em média, para R\$ 2,81 a cada litro vendido na bomba. Uma variação de R\$ 0,24 por litro, ou seja, 18,65% de reajuste.

Enquanto os consumidores correram para os postos, que já começaram ontem a praticar a maioração o presidente Jair Bolsonaro disse que não interfere na política de preços da Petrobras, mas recebeu críticas pesadas não só da oposição, Alado de primeira hora do Palácio do Planalto, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou pelas redes sociais: "Causo espanto a insensibilidade da Petrobras com os brasileiros, os verdadeiros donos da companhia. O aumento de preço foi um tapa na cara de um país que luta para voltar a crescer".

De acordo com a nota da empresa, esse movimento da Petrobras vai no mesmo sentido de outros fornecedores de combustíveis no Brasil que já promoveram ajustes nos seus preços de venda. "Apesar da disparidade de preços do petróleo e seus derivados em todo o mundo, nas últimas semanas, como decorrência da guerra na Ucrânia, a Petrobras decidiu não repassar a volatilidade de preços de imediato, realizando um monitoramento diário dos preços do pe-

tróleo", acrescentou o texto. O comunicado ainda destacou que, após serem observados preços em patamares consistentemente elevados, "tornou-se necessário que a Petrobras promova ajustes nos seus preços de venda às distribuidoras para que o mercado brasileiro continue sendo suprido, sem riscos de desabastecimento, pelos diferentes atores responsáveis pelo atendimento às diversas regiões das refinarias: distribuidores, importadores e outros produtores, além da Petrobras".

Além disso, em relação à redução na oferta global de produto, ocasionada pela restrição de acesso a derivados da Rússia, regularmente exportados para países do Ocidente, a empresa informou ainda que "faz com que seja necessária uma condição de equilíbrio econômico para que os agentes importadores tomem ação imediata, e obtenham sucesso na importação de produtos, de forma a complementar o suprimento de combustíveis para o Brasil".

O choque nos preços das commodities, por conta da guerra no Leste Europeu tem feito o mercado elevar as projeções de inflação — que já estão acima do teto da meta de 5% — e da taxa básica de juros (Selic), atualmente em 10,75%, que passou a ter um crédito de 13%, em dezembro. O Cedit Suisse, por exemplo, elevou ontem de 6,2% para 7%, a estimativa para o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), mas não descartou uma alta de 7,8% "se houver repasses nos combustíveis".

Conforme cálculos do banco suíço, os preços da gasolina nos mercados internacionais estão 42% acima dos praticados no Brasil. Pelas contas de Eduardo Welho, economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos, "um reajuste de 25% nos preços dos combustíveis implicará alta de 1 ponto percentual no IPCA deste ano.



"Estamos ainda correndo atrás. Estamos quase lá", se limitou a dizer o ministro Paulo Guedes sobre o reajuste dos combustíveis

'Não defino preço', diz Bolsonaro

INGRID SOARES e NATASHA WERNICK

Brasília — O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou que não tem controle sobre o preço de combustíveis na Petrobras. Em conversa com apoiadores na saída do Palácio da Alvorada, horas antes de a estatal anunciar os reajustes, o chefe do Executivo disse "achar que os preços dos combustíveis vão aumentar". Não tô dizendo se vai ou não vai, eu acho que vai aumentar. No mundo todo aumentou. Eu não defino preço na Petrobras, não decido nada lá. Só quando tem problema, cá! no meu colô", alegou.

À noite, em sua live semanal, Bolsonaro afirmou: "Algumas pessoas querem que eu vá lá na Petrobras, de um muro na mesa. Não é bem assim. Se resolvesse, eu até fã, mas não vai resolver e vai piorar a situação". Apesar de criticar o reajuste, Bolsonaro reconheceu que a decisão é necessária. "Se a Petrobras não aumentar, teremos o desabastecimento, que é pior do que combustíveis caro", disse.

O Planalto busca uma saída emergencial e se reuniu pela segunda vez nesta semana, com a equipe econômica e ministros, para debater subsídios que possam amenizar os impactos da guerra na Ucrânia no Brasil, como o encarecimento ainda maior dos combustíveis causado pela alta do barril do petróleo.

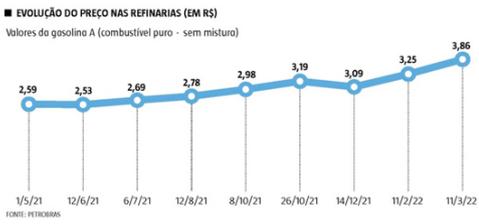
O governo propõe estipular um valor fixo de referência para a cotação dos combustíveis e subsidiar a diferença entre esse valor e a cotação internacional do petróleo, mas ainda não chegou a um consenso. Por isso, deve esperar o resultado da votação do projeto que regulamenta a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Senado, outra possível solução. O projeto foi aprovado ontem na Casa.

O grande aumento nos preços dos combustíveis causou repercussão negativa no Congresso, inclusive entre aliados do governo. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), por exemplo, aliado de primeira hora do presidente Jair Bolsonaro, fez dura crítica. "Causo espanto a insensibilidade da Petrobras com os brasileiros, os verdadeiros donos da companhia. O aumento de preço foi um tapa na cara de um país que luta para voltar a crescer", escreveu ele nas redes sociais.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), líder da oposição no Senado, destacou que a culpa desses sucessivos aumentos é do governo Bolsonaro. "A gasolina e o diesel terão novo aumento! Não é notícia repetida! É incompetência, descaso e falta de gestão! O povo brasileiro não aguenta mais esse governo!", escreveu.

O senador Renan Calheiros (MDB-AL), que foi relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID, disse que os ricos serão favorecidos, enquanto os pobres vão "ressuscitar o fogo à lenha". "Os juros altos enriquecem os ricos. A Petrobras engordou acionistas. O reajuste de até 24,9% nos combustíveis vai impactar a inflação. Gasolina e diesel explodem a economia e o preço do gás vai resuscitar o fogo à lenha. Legado de Bolsonaro, que foi à Rússia apoiar a guerra e a morte", afirmou.

O senador Humberto Costa (PT-PE) relembrou uma imagem divulgada na época da campanha eleitoral de Bolsonaro, quando os preços prometidos eram bem abaixo do que estão hoje, para também criticar com veemência o reajuste anunciado ontem pela estatal.



três. Estamos quase lá, quase lá", disse ele a jornalistas, quando retornou ao seu gabinete, no Bloco P da Esplanada dos Ministérios. Ele foi questionado sobre o novo reajuste no preço da gasolina, do diesel e do gás de cozinha anunciado hoje pela Petrobras. A fala de Guedes ocorreu pouco antes de o plenário do Senado aprovar justamente o projeto de lei ao qual o ministro era contra, o PL 1.472/2021, que cria a Conta de Estabilização de Preços (CEP), do senador Jean Paul Prates. Foram 61 votos a favor, 8 contra e nenhuma abstenção.

Logo após o reajuste da Petrobras a pasta reforçou o apoio apenas ao PLP 11/2020, que trata da mudança na alíquota de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis, também aprovado ontem. (Com agências)

Senado aprova propostas para estabilização

Brasília — O Senado aprovou ontem dois projetos relativos à estabilização dos preços dos combustíveis. O Projeto de Lei 1.472/2021 cria um sistema de bandas de preços que limitará a variação, e uma conta federal para financiar essa ferramenta. Além disso, estabelece um auxílio de até R\$ 300 mensais para motoristas autônomos de baixa renda. O projeto segue para a Câmara dos Deputados. Durante a votação do texto, os senadores afirmaram que o sistema proposto é a solução "possível" neste momento para a crise do petróleo, mas defenderam que o Brasil busque a autossuficiência na produção de combustíveis para não depender de importações.

O senador Jean Paul Prates (PT-RN), relator do projeto e autor do substitutivo final, afirmou que o Brasil sempre teve ferramentas para amortecer a variação do preço internacional do barril — como a Parceria de Preço Específica (PTE), extinta em 2002, pela qual o Tesouro Nacional compensava a Petrobras. Segundo ele, a situação em vigor desde 2017, quando a Petrobras estabeleceu a paridade absoluta, corresponde a uma privatização da empresa.

"O mercado brasileiro está sujeito a toda e qualquer oscilação,

praticamente em tempo real, do preço internacional, como se a Petrobras fosse integralmente privatizada ou como se todas essas refinarias fossem privadas, concorrendo com produto importado. O que nós estamos hoje vivendo com já paridade, é uma simulação de uma situação que não existe no Brasil e não produzimos nada no Brasil".

O projeto também cria o Auxílio Combustível Brasileiro (ACB), valor mensal a ser pago pelo governo federal para taxistas, motoristas de aplicativo, motociclistas e condutores de pequenas embarcações. A iniciativa veio de emendas dos senadores Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e Eduardo Braga (MDB-AM). Alessandro lembrou que a legislação veda a concessão de benefícios em emendas, como é o caso de 2022, mas ponderou que o ACB se justifica porque é uma compensação para o consumidor de baixa renda.

ICMS O plenário do Senado aprovou também o Projeto de Lei Complementar 11/2022, que altera a regra de incidência do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) sobre os combustíveis. Foram 68 votos a favor, um contrário e uma abstenção. A



Plenário do Senado aprovou alíquota única do ICMS para combustíveis e um sistema de banco de preços

de propostas apresentadas pelos parlamentares na tentativa de frear os recorrentes aumentos nos valores dos combustíveis.

Na avaliação do relator, a medida é estruturante e vai permitir que os estados implantem a modernização das finanças. Para ele, a mudança poderá facilitar a fiscalização tributária e reduzir a sonegação, com potencial de aumentar a arrecadação. Jean Paul acredita que, com o projeto, os combustíveis serão menos afetados por flutuações conjunturais. De acordo com o substitutivo, poderiam ser submetidos a essa tributação o diesel, o biodiesel, a gasolina e o etanol anidro (que é mistura de gasolina), o gás liquefeito de petróleo (GLP), o gás liquefeito de

gás natural (GLGN) e o querosene de aviação (QAV).

Atualmente, o ICMS sobre os combustíveis varia de estado para estado e é calculado em toda a cadeia de distribuição e sobre um preço médio na bomba. A ideia é que o tributo passe a ter um preço fixo em reais, por litro de combustível, em vez de ser cobrado como uma porcentagem sobre o preço final do produto. Conforme o projeto, a cobrança do imposto será na origem, ou seja, na refinaria ou na importação do combustível, e não mais em toda a cadeia de distribuição. O substitutivo dá um prazo até o fim de 2022 para os estados e o Distrito Federal mudarem a cobrança do ICMS de combustíveis para um valor em reais por litro.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política/Economia **Página:** 3